

Sintfub e Sindiserviços buscam segurança no emprego aos terceirizados na UnB

A UnB se comprometeu a criar comissão de acompanhamento dos contratos de serviços terceirizados da Universidade, com a participação da representação dos trabalhadores. A deliberação foi feita em reunião, nessa terça-feira (8), entre o Sintfub, Sindiserviços (represente dos trabalhadores terceirizados do DF), a deputada federal Érika Kokay (PT-DF) e o reitor da UnB, Ivan Camargo.

O objetivo da comissão é evitar problemas constantes causados pelas empresas prestadores de serviços para a UnB, como atraso no pagamento de salários e benefícios, demissão de trabalhadores terceirizados e outros fatores.

O assunto veio à tona com a troca da empresa terceirizada PH pela Over. Com a mudança, 150 trabalhadores porteiros foram demitidos. Isso porque o número de vagas de trabalhadores no novo contrato de prestação de serviços era inferior ao existente e a nova prestadora não absorveu todos os trabalhadores da empresa substituída. “Depois de um ano de prestação de serviços, a empresa terceirizada normalmente tem de contratar novos trabalhadores para cobrir férias e faltas dos trabalhadores já contratados. Com isso, a empresa antiga acaba tendo um número de trabalhadores maior do que o estabelecido no contrato. Acontece que, se a empresa perder o contrato e for substituída, a parte dos trabalhadores que excede o indicado no contrato não é absorvida pela nova prestadora de serviços e acaba sendo demitida”, explica a presidente do Sindiserviços, Maria Izabel Caetano.

“O que queremos é elaborar uma fórmula para que nenhum trabalhador saia prejudicado na rotatividade de empresas.

Temos que rever o texto desses contratos entre a UnB e as empresas terceirizadas e, principalmente, fiscalizar o cumprimento do contrato por parte das empresas”, afirma o coordenador geral do Sintfub, Mauro Mendes.

A reunião ainda abordou o fato de a empresa Over, contratada pela UnB há um mês, não ter pago aos trabalhadores de portaria o vale transporte e o tíquete alimentação. De acordo com a Convenção Coletiva do Sindiserviços, a empresa recém contratada é obrigada a pagar estes benefícios aos trabalhadores assim que eles começarem a exercer as atividades laborais.